

# Espaços sagrados: o patrimônio cultural como instrumento educativo

Taciane Terezinha Jaluska

Doutoranda e Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR; Bolsista CAPES -  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e-mail: [taci\\_pl@hotmail.com](mailto:taci_pl@hotmail.com)

---

## Resumo

O Patrimônio Cultural compreende todos os bens de natureza material e imaterial que façam referência à identidade e à memória de uma sociedade em particular, é, na atualidade, importante instrumento pedagógico para o exercício da cidadania. Nesse sentido, os espaços sagrados, por sua marcante presença na paisagem local, podem tornar-se instrumento para práticas educativas. A presente pesquisa bibliográfica-qualitativa tem o objetivo de fazer uma reflexão a respeito da educação patrimonial em espaços sagrados, com ênfase nas potencialidades da arte sacra cristã como recurso educativo. Assim, primeiramente é feita uma breve análise sobre a criação do conceito de patrimônio cultural, histórico e características. Depois, faz uma análise sobre as principais características dos espaços sagrados. O terceiro momento traz reflexões sobre a importância da educação patrimonial nos espaços sagrados. Os resultados apontam que embora as discussões sobre o assunto ainda sejam recentes é possível perceber que o ser humano necessita da materialidade das coisas para poder sentir-se e expressar-se, de forma especial, em sua religiosidade. Nesse sentido, a promoção da educação patrimonial em espaços sagrados estimula a sensibilidade do indivíduo, possibilita o alargamento do conhecimento e contribui para seu desenvolvimento cognitivo e afetivo.

**Palavras-chave:** Educação patrimonial. Espaço sagrado. Patrimônio Artístico Religioso. Religião.

## *Sacred spaces: the cultural heritage as educational tool*

### *Abstract*

*The cultural heritage comprises all assets of material and immaterial nature that refer to identity and memory of a particular society, is, today, an important educational tool for the exercise of citizenship. In this sense, the sacred spaces, for its strong presence in the local landscape can become an instrument for educational practices. This literature-qualitative research aims to make a reflection on the heritage education in sacred spaces, emphasizing the potential of Christian sacred art as an educational resource. Thus, it is first made a brief analysis of the creation of the concept of cultural heritage, history and characteristics. Then an analysis of the main characteristics of sacred*

*spaces. The third moment reflects on the importance of heritage education in sacred spaces. The results show that while the discussions on the subject are still recent you can see that the human being needs the materiality of things in order to feel and express themselves in a special way in his religiosity. In this sense, the promotion of heritage education in sacred spaces stimulates the sensitivity of the individual, enables the extension of knowledge and contributes to its the cognitive and emotional development.*

**Keywords:** *Heritage Education. Sacred Space. Artistic Patrimony Religious. Religion.*

## **Introdução**

A noção de patrimônio teve início com a Revolução Francesa e a consolidação dos Estados modernos. Foi nesse período que surgiu a necessidade de reforçar a noção de cidadania da população e instruir esses indivíduos criando um forte sentimento de identidade coletiva, mais precisamente, um sentimento nacionalista, por meio dos elementos em comuns a todos os cidadãos, a cultura partilhada por determinada sociedade. Assim todos os elementos que exprimissem a cultura em comum da Nação eram utilizados de forma ideológica para criar-se um sentimento de pertença, de amor pelo passado e de referencial para o futuro, por meio da educação da população.

Atualmente, a educação patrimonial refere-se a um processo permanente de trabalho educacional centrado nos bens culturais como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Nesse sentido a presente pesquisa tem o objetivo de fazer uma reflexão a respeito da educação patrimonial em espaços sagrados, com ênfase nas potencialidades da arte como recurso educativo. Para atingir este objetivo primeiramente é feita uma breve análise sobre a criação do conceito de patrimônio cultural, seu histórico e principais características. Em um segundo momento são apresentadas reflexões sobre a importância da educação patrimonial nos espaços sagrados na atualidade para, no terceiro momento trazer as considerações finais do trabalho.

A presente pesquisa bibliográfica-qualitativa, foi realizada por meio de um levantamento de dados utilizando-se como fonte principal os livros técnicos de autores que tratam do assunto em questão e como fonte complementar os artigos acadêmicos. É importante salientar que esta pesquisa não pretende esgotar o tema proposto, mas sim

fornecer uma contribuição teórica importante para o fortalecimento da discussão na área de patrimonialização inserindo o patrimônio artístico religioso como protagonista nas reflexões sobre ação educativa em espaços não-formais.

## **O patrimônio cultural**

A noção de patrimônio teve início com a Revolução Francesa. Ele se inseriu no processo de consolidação dos Estados-nações modernos e nasceu através da necessidade urgente de preservação em meio as destruições em grande escala. É de total conhecimento que durante séculos construções já vinham sendo destruídas ou substituídas, principalmente por ideologias que desapareciam com monumentos que simbolizavam a oposição. Nesse período, porém, não havia qualquer ato de preservação. Destruía-se, conscientemente, apenas para dar lugar ao novo, ou para se auto-afirmar.

A preocupação com a preservação de fato surge somente quando o grau de destruição acentua-se de tal maneira, que atinge proporções nunca antes pensadas, ou seja, a partir da Revolução Francesa, quando as práticas de vandalismo tornaram-se comuns para derrubar aquilo que um dia foi o absolutismo monárquico, ou seja, apagar da lembrança aquilo que trouxe sofrimento. “Pretendia-se apagar da memória a existência do arbítrio real por meio da destruição”, e que “embora as motivações sejam claramente ideológicas, a ação é emblemática de um mundo que morre trazendo, ao mesmo tempo, à luz o mundo novo” (CAMARGO, 2002, p.12).

Para combater as inúmeras práticas de vandalismo que estavam acontecendo, inicia-se a formação de um modelo de preservação conduzido como política de Estado e, que mais tarde, serviria de inspiração para o modelo adotado pelo Brasil, para que todos aqueles bens que estavam sob ameaça pudessem ser preservados à posteridade. Com a extinção da monarquia na França e a constituição de um Estado republicano, cria-se um atributo nacional e todos os bens da Coroa, bem como as propriedades do clero e da Igreja, passam a pertencer ao Estado, inventando-se assim, o conceito de patrimônio Nacional.

Assim todos os elementos que exprimissem a cultura em comum da Nação eram utilizados de forma ideológica para criar-se um sentimento de pertença, de amor pelo

passado e de referencial para o futuro, por meio da educação da população. A utilização desse patrimônio também servia para a preservação do mesmo, para evitar que ficasse em desuso e fosse destruído para dar lugar ao novo.

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade de bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. (FONSECA, 1997, p. 58).

Etimologicamente falando, para Santana (2001, p. 170) “patrimônio significa bens herdados do país”. Para Barretto (2000, p. 9) a palavra patrimônio significa “conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possuem”; e para Funari, Pinsky (2011, p.8) patrimônio é “tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares”.

O termo patrimônio é usado nas línguas românicas, vindo do latim *patrimonium*, algo que faça referência a bens de família, a uma herança adquirida dos pais ou dos antepassados. Já os alemães utilizam a palavra *Denkmalpflege*, algo parecido com o cuidado daquilo que nos faz pensar.

Portanto, as palavras possuem diversos significados, mas fazem a mesma referência, ou seja, lembrar, pensar, fazer uma ligação com o passado, enfim, patrimônio pode significar algo construído para ser uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade. Desta forma, para chegar a um consenso a “palavra patrimônio está historicamente associada ou à noção de sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família” (BABELON E CHASTEL, 1994 apud SANTOS, 2000, p. 43).

Durante a Idade Média, a palavra patrimônio passou a ser associada à idéia de algo que se respeita, de algo que é sagrado. Durante o período renascentista, o patrimônio passou a ser identificado com o passado histórico, assim, os bens das antigas civilizações obtinham valor histórico como produtos culturais de uma época determinada, que antecede a atual e é considerada ‘ancestral’ da cultura presente, ou seja, obra de arte torna-se um documento para conhecer o passado. É nesse período

também que o patrimônio foi ganhando outros valores, sendo que elementos estéticos ou históricos tornam-se importantes e passam a integrar expressões com o uso dos termos patrimônio artístico ou patrimônio histórico.

[...] Essa expressão usual, que é inclusive usada na identificação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, abrange somente um segmento de um acervo maior, que é o chamado Patrimônio Cultural de uma nação ou de um povo. (LEMOS, 1987, p. 7).

É importante ressaltar que a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, o que envolve exclusões e muitas vezes divergências. Os bens são selecionados por apresentar qualidades consideradas passíveis de preservação, que expressariam a identidade de toda uma nação enquanto outros que não contém tal atributo são excluídos. Portanto, se é o Estado, ou seja, os grupos sociais dominantes, que selecionam esses bens culturais, é possível que essa seleção possa ocultar diferenças sociais e culturais de uma sociedade. Outro detalhe importante, é que a solenidade atribuída à palavra Patrimônio faz com que se crie a ideia que o mesmo se refere apenas à grandes edifícios ou obras de arte monumentais, porém, quando é feita referência à patrimônio cultural, é de extrema importância compreender que este abrange tudo o que constitui parte do engenho humano ou da convivência humana com o meio ambiente.

Atualmente, é possível classificar o patrimônio cultural em três categorias distintas. A primeira, “[...] arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. São os recursos naturais, que tornam o sítio habitável.” A segunda “[...] refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural.” O último “[...] é o mais importante de todos porque reúne os chamados bens culturais que englobam toda a sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer.” (HUGUES DE VARINE-BOHAN, 1974 apud LEMOS, 1987, p. 8-10).

Então, pode-se notar que o Patrimônio Cultural como um todo, abrange uma infinidade de bens: objetos, artefatos, inscrições, culinária, danças, obras de arte, documentos, monumentos, edificações, teatros, museus, entre muitos outros e que cada um deles receberá um acréscimo de outros valores como histórico, artístico, etnográfico, arqueológico, paisagístico, etc., de acordo com as suas características individuais.

[...] através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas, contribui para fixar sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura: seja a atribuição de valor histórico, enquanto testemunho de um determinado espaço/tempo vivido por determinados atores; seja de valor artístico, enquanto fonte de fruição estética, o que implica também em uma modalidade específica de conhecimento; seja de valor etnográfico, enquanto documento de processos e organizações sociais diferenciados. (FONSECA, 1997, p. 37-38).

Essas denominações servem para determinar que cada bem pertence a um sistema específico: à arquitetura, à arqueologia, às artes plásticas, entre outras. “Cada um desses sistemas tem, por sua vez, suas especificidades e seu modo próprio de funcionamento enquanto código. Além disso, esses bens cumprem funções diferenciadas na vida econômica e social”. (FONSECA, 1997, p. 36). Entre esses bens considerados patrimônios histórico-artísticos nacionais encontra-se o patrimônio religioso.

### **O espaço sagrado**

Inseridos na paisagem urbana das cidades os espaços sagrados caracterizam-se por serem lugares de culto e práticas religiosas, acima de tudo, lugares de manifestações do sagrado e, são, na maioria das vezes, dotados de arquitetura singular, esta que, juntamente com os demais elementos inerentes à religião, conferem o formato característico que distinguem os espaços sagrados das demais construções civis que os rodeiam.

A diversidade religiosa oferece uma infinidade de espaços sagrados dentro de suas respectivas religiões, motivando anualmente milhões de pessoas a deslocarem-se para estes lugares que, mais do que simples manifestações artísticas do homem, são espaços para o encontro do homem com seu deus em um momento carregado de significações, pois deixam de serem lugares comuns pelo fato de possuírem atributos supra-humanos, estando associados à fé de um povo, sendo que a fé foi a motivação principal que orientou sua construção e/ou resignificação. “Em todo lugar, o sagrado contém em si mesmo um sentido de obrigação intrínseca: ele não apenas encoraja a devoção como a exige, não apenas induz a aceitação intelectual como reforça o compromisso emocional”. (GEERTZ, 1989, p. 143).

No Brasil, o estudo da Geografia da Religião se desenvolve em conjunto com a nova Geografia Cultural a partir da década de 90 e possui várias abordagens, algumas analisam a estrutura espacial da religião enquanto outras buscam a análise da percepção espacial e do espaço de ação do ser humano enquanto ser religioso. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p.73)

De acordo com Gil Filho (2008, p.49) o espaço sagrado que é produto da consciência religiosa concreta “se apresenta como palco privilegiado das práticas religiosas. Por ser próprio do mundo da percepção, o espaço sagrado apresenta marcas distintas da religião, conferindo-lhe singularidades peculiares aos mundos religiosos”. Nesse sentido, o espaço sagrado faz parte da construção humana do universo religioso. “Não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana”. (CASSIRER, 1994, p. 48).

O que torna o espaço 'sagrado' é o valor atribuído a ele, ou seja, os espaços sagrados não são apenas monumentos concretos, como podem ser também espaços da natureza, como rios, montanhas, árvores, entre outros, que, por meio de um processo de simbolização humana, ganham atributos de pura abstração. “Na sacralização do espaço, as crenças, os ritos religiosos encontram um centro de referência no qual o espírito humano pode fixar mais facilmente a identidade das coisas religiosas”, espacializando o sentir religioso. (SILVA; GIL FILHO, 2009, p. 80).

Com base na filosofia *cassireriana*, que define o espaço sagrado como conformação simbólica (CASSIRER, 1994; 2000; 2001), Pereira e Gil Filho (2012, p.12) demonstram que a espacialidade do sagrado vai além da materialidade, transformando-se em um conjunto de 'espacialidades' de diversas experiências religiosas por meio do pensamento/sentimento mítico-religioso, bem como da linguagem humana, uma vez que o fenômeno religioso é espacializado através do agir/pensar/sentir humano. Assim sendo, na espacialidade do pensamento/sentimento mítico-religioso, o espaço sagrado compreende as várias formas de conhecimento e de convicções do homem religioso; a espacialidade das representações simbólicas apresenta o espaço sagrado no plano da linguagem, do discurso do homem religioso; por fim, a espacialidade

material/concreta, ou seja, o espaço sagrado geográfico, palco das práticas religiosas, torna-se resultado final de todo o processo de espacialização do fenômeno religioso.

Os espaços sagrados, em sua maioria, buscam aliar sua funcionalidade à busca da beleza estética o que os transforma, além de lugares sagrados, patrimônios culturais da humanidade sendo que, constituídos de tradição e memória, são o solo propício para o desenvolvimento da educação do fenômeno religioso/cultural de nossa sociedade.

A paisagem religiosa, um dos elementos que caracterizam o espaço, pode ser considerada elemento-chave para trabalhar o tema do sagrado. Segundo o geógrafo Milton Santos (2002, p. 103) “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Para o autor, a paisagem é transtemporal e “se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico” (2002, p. 103). A paisagem difere do espaço, pois, é a rigor, apenas a configuração territorial, ao passo que o espaço resulta da intrusão do ser humano nesta configuração primária, nessas formas-objetos. “Por isso esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico”. (2002, p. 103).

### **A importância da educação patrimonial em espaços sagrados**

Depois de identificar devidamente o patrimônio, classificá-lo e tomar medidas de proteção, é preciso inseri-lo na sociedade. Nobre (2006, p.20) já salientava o perigo de manter o patrimônio ‘congelado no tempo’, pois sem vida cultural projetada no presente e direcionada para o futuro, por meio de ofertas culturais e educativas de qualidade até mesmo os espaços repletos de memória podem entrar em decadência. Assim, para reinventar esse patrimônio é preciso ter coragem e mudar vontades “só assim a memória do passado chegará ao futuro intacta, isto é, com capacidade para gerar novas vidas no complexo processo cultural sem o qual não há humanidade”.

A Lei das diretrizes e bases da educação nacional, Lei 9.394/96, destaca em seu primeiro artigo que a educação pode se desenvolver “na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Nesse sentido, com a preocupação atual a respeito da qualidade da educação na formação do

sujeito, base para sua inserção na sociedade, voltado ao desenvolvimento integral do sujeito, tornando-o capaz não somente de perceber o diferente, mas também de conviver e respeitá-lo, é preciso considerar a diversidade de espaços como importantes instrumentos educativos.

O Patrimônio Cultural, que compreende todos os bens de natureza material e imaterial que façam referência à identidade e à memória de uma sociedade em particular, é, na atualidade, importante instrumento pedagógico, formal ou não-formal, para o exercício da cidadania. A expressão e a metodologia da Educação Patrimonial foram introduzidas no Brasil na década de 80, fortemente influenciadas pelos trabalhos e demais experiências educativas com o uso do patrimônio desenvolvidas na Inglaterra, por ocasião do 1º Seminário sobre o 'Uso Educacional de Museus e Monumentos', pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta.

Horta, juntamente com Grunberg e Monteiro, foram responsáveis pela elaboração do Guia Básico de Educação Patrimonial, material usado como referência e orientação para a elaboração de projetos de práticas educativas nestes espaços. Esta modalidade de educação, segundo a museóloga, em publicação do 'Guia Básico da Educação Patrimonial',

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-as para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A Educação Patrimonial, por favorecer o conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio cultural por parte da sociedade, torna-se um elemento indispensável para a preservação destes bens, facilitando também o diálogo entre a sociedade e os diversos agentes responsáveis pelo patrimônio, possibilitando, por meio da troca de conhecimentos, a formação de parcerias para a proteção e valorização destes bens. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A educação patrimonial é um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Com relação ao campo prático da Educação Patrimonial, defende-se que “todo o espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir conseqüente pode ser tornar um espaço educativo” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 7), uma vez que este espaço deixe a passividade transformando-se em um instrumento cultural ativo e dinâmico para o usufruto da sociedade.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologia e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

O patrimônio cultural como instrumento pedagógico não pode ser usado de forma passiva, apenas como fonte de informação, como um livro didático. Envolve a ‘experimentação’, assim chamado o uso dos sentidos, aonde observa-se, registra-se e explora-se para, por fim, apropriar-se em sua totalidade da capacidade de geração de sentidos daquele bem cultural.

A observação é a primeira etapa na experiência estética e envolve os sentidos como principais canais de recepção. A experimentação do bem patrimonial pela via sensorial deve ser valorizada, pois transcende os limites da razão por meio da intuição. Somente depois do contato com a via sensorial é que o indivíduo passa a submeter essa experiência às suas categorias conceituais, por meio do registro e, logo após, realizar sua análise crítica de acordo com seus padrões individuais, onde a exploração do bem patrimonial gera sentidos próprios. A última etapa, da apropriação, requer o envolvimento do indivíduo com o respectivo bem patrimonial, seu reconhecimento e valorização por meio da experiência vivida que provoca sensíveis mudanças no

indivíduo que as vivencia. Assim, por meio da interpretação do bem cultural, o sujeito amplia sua capacidade de compreensão do mundo e do meio em que vive, pois todo patrimônio cultural é portador de sentidos. Esse processo de 'decodificação' do bem é um dos pilares da Educação Patrimonial. (VIANA, 2009, p.48).

De acordo com Hernandes (2012, p. 152) "os espaços sagrados são lugares em que as pessoas encontram-se consigo mesmo (Imanente), com seu próximo e com o Transcendente". Por elucidar as práticas ritualísticas e ser carregados de conhecimentos elementares que permeiam outros conteúdos da área de Ensino Religioso, como espiritualidades, os símbolos religiosos e os textos sagrados, tornam-se importante ferramenta para o desenvolvimento de ações educativas.

A educação não pode dissociar a experiência de sentido humana presente na história das experiências de sentido religiosas, pois para compreender a identidade do ser humano em sua totalidade faz-se necessário compreender suas articulações mítico-religiosas dentro da diversidade cultural, sendo assim, os espaços sagrados tornam-se essenciais na medida em que fornecem a educação, de maneira privilegiada, as diferentes compreensões que o ser humano tem de si mesmo, do mundo material e espiritual.

Esse processo interpretativo, carregado de significações para a exploração do sentido humano, transforma o espaço sagrado em um instrumento para a compreensão do fenômeno religioso como um todo. "A consciência teórica, prática e estética, o mundo da linguagem e do conhecimento, da arte, do direito e o da moral, as formas fundamentais da comunidade e do Estado, todas elas se encontram originariamente ligadas à consciência mítico-religiosa". (CASSIRER, 2000, p. 42).

Por meio da educação patrimonial religiosa, o indivíduo faz sua própria leitura teológica, se situa em sua própria história temporal e sente-se parte de uma determinada comunidade. Este sentimento de pertença permite que o mesmo fortaleça seus vínculos sociais e valorize sua cultura. O Concílio Vaticano II, busca reforçar a importância do espaço sagrado como instrumento de educação como mostra um trecho do Capítulo VII da Constituição *Sacrosanctum Concilium*:

A ornamentação da igreja deve visar mais a nobre simplicidade do que a pompa. Na escolha dessa ornamentação, cuide-se da autenticidade dos

materiais e procure-se assegurar a educação dos fiéis e a dignidade de todo o local sagrado. (apud BOROBIO, 2010, p. 51).

A utilização do patrimônio artístico-religioso para uso pedagógico é importante também, pois é mais democrática, uma vez que a experiência estética é mais intuitiva do que racional, ou seja, sendo os sentidos os primeiros canais de recepção, qualquer indivíduo pode ter uma experiência repleta de conhecimentos, sem precisar ter um determinado nível de instrução. A arte reflete e expressa a beleza divina o que conduz o indivíduo a valores superiores. A beleza também transmite sentimentos de gratuidade e de admiração e pode trazer tanto benefícios psicológicos quanto celebrativos, alimentando a fé a experiência no mistério. “Trata-se, portanto, de uma educação em nível próprio, não comparável com a simples catequese”. (BOROBIO, 2010, p. 29).

Essa experiência sensorial converte-se em meio educativo para o cristão, transformando-se em uma educação em nível próprio, por meio da mediação para o Mistério, o que faz da beleza “possibilidade e caminho para o divino”. (BOROBIO, 2010, p. 12). João Paulo II, na Carta aos Artistas afirma que “toda a forma autêntica de arte é, ao seu modo, um caminho de acesso à realidade mais profunda do homem e do mundo. E, como tal, constitui um meio muito válido de aproximação ao horizonte de fé.” (BOROBIO, 2010, p. 14) “Só por isso temos razão para suspeitar que não podemos dissociar arbitrariamente qualquer possível encontro com a beleza da experiência do divino”, (HAUGHT, 2004, p. 66).

### **Considerações finais**

Inseridos na paisagem urbana das cidades os espaços sagrados caracterizam-se por serem lugares de culto e práticas religiosas, acima de tudo, lugares de manifestações do sagrado e, são, na maioria das vezes, dotados de arquitetura singular, esta que, juntamente com os demais elementos inerentes à religião, conferem o formato característico que distinguem os espaços sagrados das demais construções civis que os rodeiam. De acordo com Gil Filho (2008, p. 49) o espaço sagrado que é produto da consciência religiosa concreta “se apresenta como palco privilegiado das práticas religiosas. Por ser próprio do mundo da percepção, o espaço sagrado apresenta marcas

distintivas da religião, conferindo-lhe singularidades peculiares aos mundos religiosos”.

No desenvolvimento dessa pesquisa bibliográfico-qualitativa, com o confronto entre os autores citados, foi possível perceber que os espaços sagrados não são construídos apenas para abrigar os fiéis na celebração, mas também são pensados de modo a apresentarem elementos pedagógicos e catequéticos que facilitem a funcionalidade litúrgica, aliando sua funcionalidade à busca da beleza estética, acreditando que os espaços não deveriam ser apenas simples lugares de culto, mas também representar visualmente todo o resplendor da beleza divina.

Conclui-se também que o ser humano necessita da materialidade das coisas para poder sentir-se e expressar-se, de forma especial, em sua religiosidade. Por isso, as representações artísticas das realidades transcendentais encontraram espaço na arte sacra dos lugares sagrados para servir de mediação do Mistério. A arte sacra evoca o Divino por meio da materialidade, ou seja, por meio da beleza visível busca expressar o Mistério invisível, não como cópia fiel nem como fotografia, mas sim como representação simbólica.

Nesse sentido, a educação patrimonial em espaços sagrados refere-se a um processo de trabalho educacional centrado no patrimônio artístico religioso como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

Assim, para a promoção de uma educação patrimonial transformadora, sobretudo no âmbito do sagrado, faz-se necessário a interação dos diversos agentes e setores da sociedade, promovendo a valorização e a resignificação do patrimônio religioso com o objetivo de produzir novos valores e conhecimentos afinal nada substitui o bem cultural como fonte de informação sobre o contexto em que foi produzido e inserido na sociedade. A educação patrimonial religiosa estimula sensibilidade do indivíduo que experimenta a obra de arte, educando-o para o Mistério, possibilita o alargamento do conhecimento, contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e respeito, por meio da contemplação e da vivência. Através dessa experiência é possível educar a sensibilidade para a acolhida do Mistério, como um raio que instiga, renova e compromete o indivíduo que frui deste importante instrumento educacional.

## Referências

- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000. 96 p.
- BRASIL. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/96**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 30 maio 2016.
- BOROBIO, Dionísio. **A dimensão estética da liturgia**. Arte sagrada e espaços para a celebração. São Paulo: Paulus, 2010.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Linguagem e mito**. São Paulo: Perspectiva, 2000
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Espaço Sagrado**: Estudos em Geografia da Religião. Curitiba: Ibpex, 2008..
- HAUGHT, John. **O que é Deus?** Como pensar o divino. São Paulo: Paulinas, 2004.
- HERNANDES, Elisabeth Cristina Carassai. Espaços sagrados: Formação continuada dos professores da rede estadual do Paraná e municipal de ensino de Curitiba. **Caderno Est. Pes. Tur.** Curitiba, v.1, p. 144-155, jan./dez. 2012.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Patrimonial**. Programa Mais Educação. 2010. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3838](http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3838). Acesso em: 05 abr. 2015.
- NOBRE, Cristina. Alvorecer do turismo cultural na primeira metade do século XX: Afonso Lopes Vieira e a valorização do patrimônio da região de Leiria. **Congresso turismo cultural, territórios e identidades**: 29 e 30 de novembro de 2006. p.1-21

PEREIRA, Clevisson Junior; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da Religião e espaço sagrado: diferenças entre as noções de locus material e conformação simbólica. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 35-50, abr. 2012.

SANTANA, Mariely. Patrimônio, turismo e identidade cultural. Bahia **Análise & Dados**, Salvador, v.11, n.2, p. 169-173, set. 2001.

SANTOS, Fausto Henrique. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002

SILVA, Alex Sandro da; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da Religião a partir das Formas Simbólicas de Ernst Cassirer: um estudo da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**: junho, 2009, p.73-91

VIANA, Uhelinton Fonseca. **Patrimônio e educação: Desafios para o processo de ensino e aprendizagem**. Centro de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói – Rio de Janeiro, 2009.